



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA ELABORAÇÃO DO
CURRÍCULO NA ESCOLA**

TATIANA FRAZÃO SILVA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA ELABORAÇÃO DO
CURRÍCULO NA ESCOLA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Fernanda Carla de Castro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tatiana Frazão Silva

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em vinte e um de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Professora Fernanda Carla de Castro – Orientadora

Tatiana Frazão Silva – Cursista

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar o papel da Gestão Escolar na elaboração do currículo na Educação Infantil; e seus objetivos específicos envolveram: apontar o currículo e seus conceitos; relatar como se dá o processo de elaboração do currículo na Educação Infantil; discutir a importância da gestão escolar na preparação do currículo; e destacar como se deu a implantação do currículo em uma escola do município de Vespasiano/MG. Para alcançar esses objetivos, foram utilizados como referenciais teóricos os autores: Nilma Canterli (2004); Ivor Goodson (1995); Mirian Grinspun (2002); Elizabeth Macedo et al (2002); Antônio Moreira e Tomaz Silva (2009); Marco Oliveira e Manoel Simões (2001); Gimeno Sacristán (2000); Djanira Santana (2013); Ilma Veiga (2004); dentre outros. Além da parte teórica, foram realizadas duas entrevistas com uma diretora e uma educadora da escola de Vespasiano/MG.

Palavras-chave: Gestão Escolar, Currículo, Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1. A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO.....	05
1.1 O currículo e seus conceitos.....	05
1.2 O processo de elaboração do currículo na Educação Infantil.....	06
1.3 A gestão escolar na produção do currículo	10
1.3.1 O Supervisor de Ensino.....	11
1.3.2 O Orientador e suas Atribuições.....	12
1.3.3 O Papel do Coordenador Pedagógico.....	13
1.4 A gestão democrática e a elaboração do currículo.....	14
2 METODOLOGIA.....	16
3 ANÁLISE DOS DADOS.....	17
3.1 Entrevista com a diretora.....	17
3.2 Entrevista com uma educadora.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	24

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino, de forma geral, têm como tarefa transmitir de maneira didática os conhecimentos, possibilitando o crescimento intelectual do aluno. No entanto, para que isso ocorra de forma satisfatória, é preciso construir um currículo que verdadeiramente concilie os conhecimentos científicos, históricos e culturais, leve em consideração as múltiplas interações entre os conteúdos das disciplinas, as competências cognitivas e sociais de todos os envolvidos, além do humanismo, da tecnologia e do que é relevante e necessário para a comunidade na qual a escola está inserida.

Como a Educação Infantil é início do processo de alfabetização, o currículo nesta etapa do aprendizado pode ser visto como o articulador das experiências e saberes das crianças e os conhecimentos que circulam na cultura mais ampla e que despertam o interesse das crianças. Por ser muito importante, o planejamento do currículo requer não apenas cuidado na sua elaboração, mas também a participação de todos, tornando essencial compreender o papel da Gestão Escolar e suas responsabilidades neste importante processo.

O tema currículo me chamou a atenção durante a elaboração de um Projeto Político Pedagógico de uma instituição escolar, tarefa realizada no decorrer do curso de Especialização em Gestão Escolar da UFMG. Por causa de sua importância, optei por estudá-lo nesse Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, com o objetivo de analisar o papel da Gestão Escolar na elaboração desse documento na Educação Infantil. Como objetivos específicos pretende-se:

- Apontar o currículo e seus conceitos;
- Relatar como se dá o processo de elaboração do currículo na Educação Infantil;
- Discutir a importância da gestão escolar na preparação do currículo; e
- Destacar como se deu a implantação do currículo no Instituto Educacional Vespanito em Vespasiano/MG.

Para elaborar esse estudo, foram usados como referenciais teóricos os autores: Laurinda Almeida e Vera Placco (2008); Brasil (2009); Nilza Canterli (2004); Ivor Goodson (1995); Mirian Grinspun (2002); Ana Guimarães *et al* (2007); Elizabeth Macedo *et al* (2002); Ana Machado (2007); Antônio Moreira e Tomaz Silva (2009);

Marco Oliveira e Manoel Simões (2001); Vitor Paro (2000); Gimeno Sacristán (2000); Djanira Santana (2013); Ilma Veiga (2004); dentre outros.

1. A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO

1.1 O currículo e seus conceitos

De acordo com Goodson (1995) a palavra currículo em seu sentido etimológico, quer dizer: curso, carreira, o caminho de atividades de uma pessoa ou de um grupo delas. A palavra vem do latim e significa 'percurso', porém, com o tempo, foi relacionada aos estudos universitários, se transformando em um artefato cultural e sendo compreendido de forma ampla como um elemento que tem sua própria história.

O currículo, segundo Veiga, deve ser entendido como:

(...) construção social do conhecimento, pressuposto a sistematização de meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar (...) refere-se à organização do conhecimento escolar. (VEIGA, 2004, p. 26-27).

Na concepção de Santana (2013) o currículo pode ser conceituado como a fragmentação do conhecimento em uma lista de disciplinas distribuídas de forma linear e sequencial na escola, tendo uma dimensão política e cultural oculta que o caracteriza como instrumento de poder disseminador da ideologia da classe dominante.

Já para Kramer (1991 *apud* SILVA 2011, p.09) o "currículo é uma obra que está a meio caminho entre o texto puramente teórico e o manual de atividades, configurando-se como instrumento de apoio à organização da ação escolar e, sobretudo à atuação dos professores."

No Brasil, o termo currículo foi incorporado na década de 70, através da Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971), quando foi introduzido como disciplina na formação de pedagogos e também em cursos de Pós-graduação. Em seguida, surgiu como tema de interesse nos encontros educacionais; e desde então vem avançando muito no campo acadêmico, sendo entendido não mais como método ou técnica, mas como um artefato social e cultural, que implica um pensamento em suas determinações sociais e históricas além de buscar abranger todo um contexto que envolve sua produção, segundo Moreira e Silva (2009).

Ainda na concepção de Moreira e Silva (2009) o currículo possui diversas atribuições, dentre as quais destacam-se: organizar as relações de poder, a transmissão de visões sociais particulares; a produção de identidades individuais e sociais particulares; e a abordagem das formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Sacristán (2000) expõe que o currículo, na contemporaneidade, deve ser observado a partir da reflexão sobre: o que se pretende atingir e ensinar, por que ensinar e para quem, quem possui o melhor acesso às formas legítimas de conhecimento, o que incide ou modifica até se chegar à prática, de que maneira se transmite a cultura escolar, de que modo e com quais recursos metodológicos, como os conteúdos podem estar inter-relacionados, como os grupos de trabalho, o tempo e o espaço podem ser organizados, como modificar a prática escolar e como saber do sucesso ou não da avaliação dominante.

Como é através do currículo que se tem acesso ao conhecimento, Macedo *et al* (2002) afirmam que o currículo na cultura da instituição de ensino contemporânea é o documento que legitima a própria existência escolar, mesmo sabendo-se que o currículo real transcende e muito o documento oficial, por ser um fenômeno construído eminentemente nos fluxos das interações cotidianas da escola.

1.2 O processo de elaboração do currículo na Educação Infantil

Santana (2013) destaca que nas duas últimas décadas do século XX a educação das crianças menores de sete anos conquistou lugar de destaque na Política Nacional de Educação e se tornou um direito da criança assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDBEN 9394/96). Com isso, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, passou a ser ofertada em creches e pré-escolas, tendo como maior desafio integrar o cuidar e o educar nos aspectos psicológicos, físicos, intelectuais e sociais junto à sua família e a comunidade, garantindo assim uma educação de qualidade que se inicia na primeira infância e se constituindo como direito da criança.

Silva (2011) completa que foi a partir da promulgação da LDBEN 9394/93 que se começou a pensar em propostas pedagógicas para a Educação Infantil no Brasil. Com o Relatório da Unesco através da iniciativa do MEC, passou-se a considerar a criança um sujeito social e histórico e as instituições de Educação Infantil como espaço de cuidado e educação das crianças de zero a seis anos, possibilitando a integração entre os diferentes aspectos de desenvolvimento humano.

Santana (2013) entende que as preocupações em definir conteúdos, objetivos e metodologias para a Educação Infantil levaram a muitas discussões que desencadearam a elaboração de Leis, Diretrizes, Políticas Públicas de Educação Infantil e Documentos, dentre os quais se destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010) por ser de caráter mandatório, representando uma nova forma de organizar a escola e seu currículo. São as Diretrizes que norteiam a elaboração da Proposta Pedagógica ou Projeto Político Pedagógico das instituições de Educação Infantil; e o currículo é apenas um dos itens presentes nesta proposta.

Macedo *et al* (2002) mencionam que o currículo deve ser um processo dinâmico, reflexo de um contexto histórico, construído sobre o pensamento pedagógico visando a construção do sujeito como ser histórico e social. Ele deve ser pensado de acordo com a vivência da realidade local para uma construção coletiva da realidade escolar e sua transformação; e conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), resolução nº 05/09 CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/ Câmara da Educação Básica), art. 3º, o currículo da Educação Infantil deve ser

[...] concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento

integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, CNE/CEB, 2009 p.1).

A definição de currículo defendida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) salienta que a ação da instituição de Educação Infantil seja a de mediar e articular as experiências e saberes das crianças e dos conhecimentos que circulam na cultura mais ampla fazendo despertar nelas o interesse por uma busca de novas experiências.

Veiga (2004) coloca que a revisão do currículo exige a análise de alguns aspectos básicos, tais como: a ideologia que permeia o conhecimento escolar (dominante/popular); o contexto social, “[...] uma vez que o currículo é historicamente situado e culturalmente determinado”, tipo de organização curricular (hierárquica, fragmentada ou interdisciplinar); o controle social (normas, valores dominantes passados aos alunos no ambiente escolar por intermédio dos livros didáticos, as relações pedagógicas, a rotina escolar).

O currículo na Educação Infantil (0 a 5 anos), de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), baseia-se nos eixos norteadores das interações e a brincadeira, com a finalidade de garantir experiências que:

- 1) Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio de ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- 2) Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- 3) Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- 4) Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaços temporais;
- 5) Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

- 6) Possibilitem situações de aprendizagem medidas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
 - 7) Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e no conhecimento da diversidade;
 - 8) Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
 - 9) Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
 - 10) Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
 - 11) Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras; e
 - 12) Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.
- (BRASIL, CNE/CEB, 2009, p.4)

Na visão de Sacristán (2000) a organização curricular nas instituições de Educação Infantil deve:

- Assegurar a educação de modo geral, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo;
- Combater o racismo e as discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas;
- Conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e da pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas crenças e manifestações, e fortalecer formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, linguísticas, culturais e religiosas de cada comunidade;
- Dar atenção cuidadosa e exigente às possíveis formas de violação da dignidade da criança; e
- Cumprir o dever do estado com a garantia de uma experiência educativa com qualidade a todas as crianças na Educação Infantil.

Para alcançar esses objetivos, Goodson (1995) acredita que a organização curricular na Educação Infantil e a produção do conhecimento precisam ir além do aprendizado sistematizado e deverão visar à formação de sujeitos capazes de tomar decisões em condições de intervir, transformar-se e mudar a realidade. Além disso, os conteúdos e as metodologias deverão ser organizados de tal forma que, ao final da Educação Infantil, o aluno seja capaz de ter domínio de sua capacidade de relacionar-se com crianças diferentes; e de ter pleno desenvolvimento de capacidades de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação pessoal e inserção pessoal.

1.3 A gestão escolar na produção do currículo

De início é importante destacar que a construção do currículo é uma tarefa que deve partir dos gestores da instituição de ensino, por serem esses responsáveis pelo planejamento e elaboração de tudo que envolve a transmissão do ensino; por proporcionar todas as intervenções pedagógicas plausíveis; por recepcionar e ouvir a família dos alunos de forma a transmitir segurança, compreensão e informações sobre a educação fornecida pela escola; por reconhecer e fortalecer as iniciativas positivas dos alunos; e por garantir que os direitos e deveres dos pais, alunos e professores sejam rigorosamente cumpridos (PARO, 2000).

De acordo com Gandin (1998) a educação, a transmissão do ensino e toda ação pedagógica precisam ser pensados, planejados e contextualizados de modo que possam trazer significados substanciais a todos os envolvidos. Cabe, então, aos gestores da instituição de ensino o papel fundamental de articular o Projeto Político Pedagógico e o currículo da escola, numa atuação dinâmica que envolva todo o processo de planejar, organizar, coordenar, dirigir e avaliar, voltado para a realidade escolar.

Silva (2011) acrescenta que faz-se necessário a interação entre os diversos setores administrativos e pedagógicos da escola para que o currículo possa ser de fato um instrumento de mobilização da construção coletiva do conhecimento escolar. É importante também que o currículo esteja em harmonia com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, pois enquanto este é um documento que contém leis, objetivos, metas, princípios, regras, propostas, estratégias concretas e diretrizes que

uma instituição pretende realizar; o currículo é responsável por tornar tudo isso possível. Cabe aos dois, então, garantir um processo de mudança e de antecipação do futuro que imprima uma direção para que a escola melhor se organize, apresentando de forma clara o seu funcionamento e determinando suas prioridades.

Oliveira e Simões (2001) esclarecem que os gestores de uma escola, sejam eles orientadores, instrutores e/ou supervisores, devem estar preparados para conduzir as inúmeras situações que o cargo lhes impõe, pois cabe a eles não só dar esclarecimentos teóricos a toda comunidade no que diz respeito ao planejar coletivamente como também incentivar as potencialidades possíveis e essas tornarem-se ações criativas e inovadoras por parte dos envolvidos e sobretudo envolver-se a fim de contagiar a todos com sua disposição e entusiasmo. É necessário que juntos participem de livre e espontânea vontade nos encontros de toda comunidade escolar, para que o diálogo e o debate estejam presentes no processo a fim de que as decisões levem em conta a realidade da escola, tornando possível uma educação mais humana e democrática.

Pela importância de cada um na realidade escolar, serão apontadas a seguir algumas atribuições dos gestores das instituições na produção do currículo.

1.3.1 O Supervisor de Ensino

O supervisor de ensino é um pesquisador constante que realiza um trabalho profissional juntamente com os professores com o objetivo assegurar a qualidade de ensino, da educação, da formação humana através da elaboração e aplicação do projeto da escola, orientação em questões pedagógicas e principalmente, atuação na formação contínua dos professores.

Para Machado (2007, s/p.), cabe ao supervisor fazer:

[...] a transposição da teoria para a prática escolar, refletir sobre o trabalho em sala de aula, estudar e usar as teorias para fundamentar o fazer e o pensar dos docentes. Um bom supervisor deve apresentar em seu perfil as seguintes características: auxiliador, orientador, dinâmico, acessível, eficiente, capaz,

produtivo, apoiador, inovador, integrador, cooperativo, facilitador, criativo, interessado, colaborador, seguro, incentivador, atencioso, atualizado, com conhecimento e amigo.

Dessa forma, pode-se concluir que o supervisor escolar é responsável por auxiliar os professores no processo de ensino-aprendizagem e criar meios de mudar a realidade crítica das escolas públicas. Com este importante papel, compreende-se que na elaboração do currículo, este profissional deve ter um olhar crítico sobre esse documento, garantindo que os educadores adquiram uma postura reflexiva que “[...] não exige apenas do professor o saber fazer, mas o saber transmitir de forma consciente para favorecer a aprendizagem do seu aluno e favorecer o debate sobre o currículo e a sua aplicabilidade na prática cotidiana do professor” (SILVA, 2011, p. 19).

1.3.2 O Orientador e suas Atribuições

Enquanto o supervisor tem a função de trabalhar com os educadores, se envolvendo nos projetos e orientando pedagogicamente cada professor, Grinspun (2002) manifesta que o orientador educacional tem a função de atuar com os educandos ajudando-os a tomar consciência de seus valores e dificuldades, levando dados que permitam verificar as aptidões dos mesmos, realizando sessões de orientação e de aconselhamento e desempenhando uma série de funções relacionadas com a concepção do aluno. O orientador escolar faz mediações entre alunos, professores e familiares, de forma a favorecer o diálogo, para que a escola possa caminhar de forma harmoniosa.

A Orientação Educacional é um processo dinâmico, contínuo e sistemático, cujas atribuições envolvem:

- O auxílio ao educando quanto a seu autoconhecimento a sua vida intelectual e a sua vida emocional;
- O trabalho para estabelecer na escola um ambiente de alegria e confiança;

- A procura por trazer a família para cooperar de maneira mais eficiente e positiva na vida do educando;
- A realização de um trabalho de aproximação entre escola e comunidade;
- A elaboração de entrevistas pessoais com os alunos e seus familiares, com o objetivo de observar como a mesma tem ocorrido e o que pode ser feito para obter melhora;
- A participação no processo de avaliação escolar e recuperação dos alunos. (GRINSPUN, 2002).

Resumindo, a principal atribuição de um bom orientador educacional é gostar de trabalhar com crianças e adolescentes, entender as etapas do desenvolvimento humano, acreditar que todos têm potenciais e que a educação é o melhor caminho para a humanidade. Por isso, seu papel na construção do currículo é de “consultoria”, pois como aborda Santana (2013, p. 04) um currículo, para atender às especificidades da Educação Infantil, “[...] deve repensar as concepções de educação e criança internalizadas pelos profissionais de educação ao longo do tempo e reavaliar antigas práticas metodológicas”.

1.3.3 O Papel do Coordenador Pedagógico

O trabalho do coordenador pedagógico varia de escola para escola (ou até de uma série para outra), pois o corpo acadêmico, bem como a gestão da instituição, a comunidade e os alunos possuem múltiplas individualidades e demandas específicas. Por essa razão, a busca por um conceito realmente aceito para Coordenação Pedagógica passa por várias dificuldades; muitos acham, de acordo com Almeida e Placco (2008), que o coordenador pedagógico é um mero auxiliar do diretor para as questões burocráticas; outros defendem que a esse profissional cabe resolver todas as questões disciplinares que envolvem os alunos; e alguns acham que o coordenador é um professor que não assume uma sala porque precisa verificar e gerir o que acontece dentro da escola.

Guimarães *et al*, (2007) afirmam que a coordenação pedagógica é uma assessoria permanente e continuada ao trabalho docente de uma instituição de

ensino. Já Almeida e Placco (2004) defendem que a coordenação pedagógica é responsável por organizar, orientar e harmonizar o trabalho de um grupo, por intermédio de determinados métodos, de acordo com o sistema ou contexto no qual se insere.

Como o papel do Coordenador Pedagógico é articular com os professores tudo que é preciso para promover o autoconhecimento e analisar, de forma crítica, as teorias pedagógicas e as práticas de aprendizado para poder definir qual a melhor maneira de ensinar; sua atuação na construção do currículo é fundamental.

[...] o trabalho desenvolvido pelo coordenador pedagógico constitui-se em uma prática mediadora no sentido de visar o comprometimento com o corpo docente e o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. A partir disso, percebe-se que o coordenador pedagógico é o gestor responsável por: [...] coordenar, acompanhar, assessorar, apoiar e avaliar as atividades pedagógico curriculares. Sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógico-didática aos professores em suas respectivas disciplinas, no que diz respeito ao trabalho interativo com os alunos [...].(FURQUIM, *et al*, 2009, p.01)

1.4 A gestão democrática e a elaboração do currículo

A Lei 9.394/96, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) afirma que os sistemas de ensino se apresentam como responsáveis pelas normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Apesar de ser um termo polissêmico, que pode vir a dar margem a diversas interpretações, quando se aborda a “gestão democrática” deixa-se bem estabelecida a ideia de que não há mais espaço para uma visão centralizadora, pois tal prática não condiz com o perfil deste novo século, marcado pela globalização e pelo rápido

fluxo de informações. Neste âmbito, Capanema (1996) afirma que “a tendência de descentralização que se verifica em nível de sistemas começa a se estender ao nível da unidade escolar”.

Cabe aqui ressaltar, no entanto, que um modelo de gestão democrática não significa a garantia de qualidade na educação de uma escola ou sistema educacional. Fatores como a formação de professores e envolvimento destes profissionais no trabalho educativo, na opinião de Canterli (2004), bem como as condições físicas dos prédios escolares ou situações sociais e políticas, também influenciam diretamente nos resultados educacionais.

Portanto, quando o assunto é gestão não há receitas prontas, nem sequer a figura dos gestores “salvadores da Pátria”. Canterli (2004) constata que os problemas e processos que permeiam a realidade educacional de agora, inclusive a construção do currículo, requerem a busca por um trabalho coletivo, uma postura de corresponsabilidade, de construção do todo, numa perspectiva de união e de solidariedade, educação para o exercício da cidadania, baseada no diálogo.

Dessa forma, entende-se que é a gestão, dentro da visão democrática, que promoverá, no ambiente escolar, um clima propício à construção do currículo na Educação Infantil, tornando essa uma experiência significativa, tanto para os professores e gestores que terão a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema, quanto para as crianças que terão voz ativa nesse processo podendo participar da escolha do tema e de passo a passo de sua execução de forma prazerosa, criativa, e, sobretudo, construindo seu conhecimento através da interação com o meio e as relações sociais, sempre mediatizados pelo professor (SANTANA, 2013).

2 METODOLOGIA

A metodologia científica tem como objetivo analisar os métodos, explicando detalhadamente todas as ações desenvolvidas na elaboração de um trabalho de pesquisa que coleta dados e informações sobre um determinado tema.

Para realização deste trabalho foram utilizadas as pesquisas qualitativa, descritiva e bibliográfica por meio do instrumento metodológico estudo de caso, com a aplicação de uma entrevista.

A pesquisa qualitativa é conceituada por Vergara (1997) como qualquer tipo de pesquisa que produz descobertas não obtidas por procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação. Pode-se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções, sentimentos, assim como funcionamento organizacional, fenômenos culturais e interações entre as nações; e a parte principal da análise é interpretativa.

A pesquisa descritiva, na visão de Vergara (1997), visa descobrir e observar fenômenos, descrevendo, classificando e interpretando estes fenômenos, além de descrever os atores de um mercado específico bem como entender o seu comportamento para a formulação de estratégias; enquanto a pesquisa bibliográfica, conforme Richardson (1999) é a busca de informações/concepções de um assunto, a partir de referências publicadas, analisando e discutindo as contribuições culturais e científicas.

Assim, as pesquisas deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foram de natureza: descritiva, porque observou e descreveu o processo de construção do currículo na Educação Infantil, bem como as características e tendências deste processo; e bibliográfica porque o estudo apresentou a opinião de diversos autores sobre o tema proposto.

Visto que a pesquisa ocorreu dentro de uma instituição de ensino particular considerada uma das melhores escolas do município de Vespasiano/MG, dentre as técnicas que melhor se aplicavam, foi utilizado o estudo de caso com aplicação de uma entrevista com a diretora da escola e com uma educadora que acompanhou o processo de implantação do currículo. Por intermédio do modelo qualitativo descrever-se-á a realidade encontrada, possibilitando uma análise com maior profundidade de como se deu a implantação do currículo no Instituto Educacional Vespasiano.

3 ANÁLISE DOS DADOS

O Instituto Educacional Vespanito foi inaugurado em 1º de janeiro de 2000, no bairro Názia, em Vespasiano/MG. A escola nasceu com os objetivos de oferecer uma educação infantil de qualidade, em um espaço confortável, aconchegante e estimulador, buscando promover profundas reflexões e questionamentos sobre educação e tornar-se uma escola de vanguarda no mercado educacional de Vespasiano.

O Vespanito possui turmas de:

- Educação Infantil: Maternal, 1º e 2º períodos;
- Educação Fundamental I: 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos;
- Educação Fundamental II: 6º, 7º, 8º e 9º anos.

O nome foi pensado, analisado e escolhido, de acordo com a diretora e dona da escola – Adriana Márcia Miranda Braga Alves de Lima – como uma forma carinhosa e doce de homenagear a cidade de Vespasiano e as crianças, sendo estas últimas o motivo da vida do Vespanito. O atendimento é nos horários da manhã, tarde e integral.

Anualmente é elaborado um calendário escolar prevendo as atividades curriculares que tem duração e carga horária, de acordo com os limites previstos em lei.

3.1 Entrevista com a diretora¹

O Projeto Político Pedagógico e a matriz curricular da escola não foram disponibilizadas pela diretora da instituição, porém, esta se dispôs a responder todas as questões, apresentando um conhecimento admirável desses documentos. Segundo ela, a construção do currículo do Vespanito, num primeiro momento, teve por base os currículos das melhores escolas brasileiras. Com a inclusão da instituição na Rede Pitágoras, o currículo foi alterado e implementado com base na Proposta Pedagógica da Rede, possibilitando o alinhamento entre os segmentos e os diferentes componentes curriculares.

¹ Entrevista concedida pela diretora Adriana Márcia Miranda Braga Alves de Lima na escola Vespanito, no dia 28 de janeiro de 2015.

Como a visão do Vespanito é ser uma instituição de referência em educação infantil e fundamental, obtendo reconhecimento de excelência em todos os serviços prestados à comunidade; e a missão é prestar serviço educacional de qualidade através de interações e relações que favoreçam a construção de conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, com base na teoria sócio construtivista do desenvolvimento humano; a diretora assegura que o currículo da escola não só foi elaborado e implementado com materiais de qualidade, mas é colocado em prática tendo como foco principal garantir um aprendizado de excelência.

A instituição trabalha dentro de uma visão “Construcionista” que vê a educação como prática educativa dentro do processo de ensino-aprendizagem, com ênfase no aprender a aprender, no saber a pensar, no criar, no inovar e no construir conhecimentos através da participação de forma cooperativa, priorizando a formação de conceitos, tendo o conteúdo como meio e não como fim; e os Valores do Vespanito são: qualidade de ensino, compromisso, ética, competência, responsabilidade, entusiasmo, perseverança, criatividade, verdade, respeito, amor e fé.

A direção do Instituto Educacional Vespanito é o núcleo que preside todas as atividades no âmbito escolar e as relações do sistema escolar com a vida exterior dela. Suas atribuições incluem: assegurar o cumprimento da legislação em vigor; prever e prover os recursos humanos da escola; coordenar não só a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola e do currículo, mas também a sua implementação, acompanhamento, avaliação e controle da execução dos mesmos; delegar e atribuir funções relacionadas às atividades de planejamento no âmbito da escola que dizem respeito ao corpo docente e discente; acompanhar, controlar e avaliar as normas de funcionamento e a organização de atividades do processo educativo; promover a integração escola, família e comunidade; entre outros.

O instituto está voltado para a educação e desenvolvimento integral do ser humano, por isso, o currículo da escola, de acordo com a diretora, tem como objetivo:

- Possibilitar a multiplicidade de expressão;
- Estimular a construção da autoestima, da confiança em si, da autonomia e do desejo de aprender;

- Trabalhar com base nas diferenças individuais e culturais, e, assim, garantir a igualdade de oportunidades, sem discriminação sexual, racial ou em relação aos portadores de deficiências;
- Criar um ambiente propício às interações, à apropriação e produção de saberes, que seja acolhedor e estável;
- Favorecer a colaboração com os familiares e com a comunidade, criando estruturas de intercâmbio, cooperação e trabalho, compartilhando os projetos educativos;
- Proporcionar uma programação ampla, diferenciada, contínua, e que tenha como centro a aprendizagem direta, experimental e ativa da criança;
- Incluir a brincadeira, a fala, o silêncio, a expressão e as práticas das crianças como forma de aprendizagem;
- Desenvolver uma programação que contemple momentos de atividades coletivas e individuais; atividades livres e dirigidas; atividades de repouso, de higiene e de alimentação;
- Propiciar que os profissionais planejem em conjunto e individualmente, baseando-se na avaliação regular, sistemática e na observação das crianças;
- Oferecer situações/experiências que desenvolvam os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social da criança;
- Orientar a criança na construção do seu conhecimento e ajudá-la a se desenvolver de forma consciente, digna, crítica e criativa levando-a a agir e modificar o mundo cultural e a sociedade em que está inserida;
- Levar o aluno não apenas a aprender, mas a dar significação ao que aprende através de trabalhos de campo, experiências práticas e observação de situações cotidianas, oferecendo situações que favoreçam uma aprendizagem significativa;
- Orientar para que tenha uma atitude responsável com o próprio corpo e seu processo de desenvolvimento;
- Fazer com que a criança conheça suas aptidões;
- Fortalecer os valores morais e de família;
- Propiciar a leitura e a escrita em suas diversas formas;
- Desenvolver o raciocínio lógico-matemático;
- Estimular a concepção pedagógica sociointeracionista.

3.2 Entrevista com uma educadora²

A educadora Elisa de Fátima Santana Rodrigues trabalha há 9 anos na instituição. Ela é formada em Normal Superior e Pós-graduada em Educação Infantil. Dentre as atividades ligadas à rotina escolar, as mais importantes para Elisa são as que envolvem aulas práticas, uma vez que essas proporcionam um aprendizado real e a visualização da linha tênue que existe entre teoria e prática. De forma diferenciada, o material utilizado para colocação do currículo em prática, possui as seguintes características:

1) Contextualização: os conteúdos são apresentados com base em uma situação que permite a identificação ou a aplicação de conceitos, fórmulas, princípios, a partir dos conhecimentos prévios, por meio de problematização. Isso possibilita aos alunos a apropriação do conhecimento estabelecido e a elaboração de novos significados, tornando-os sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

2) Conteúdos empreendedores e Éticos: favorecem a aprendizagem coletiva, estimulando a reflexão e a criatividade dentro de uma visão empreendedora e ética.

3) Interdisciplinaridade: busca estabelecer ligações entre os componentes curriculares, desenvolvendo no aluno uma visão abrangente e integrada entre os fenômenos estudados em sala de aula.

4) Suporte para o Professor: tradução do livro didático para a prática pedagógica. Acompanhando cada livro, apresenta sugestões de atividades e orientações didático-pedagógicas, facilitando o trabalho em sala de aula.

Junto ao excelente material para prática do currículo, o Vespanito conta ainda com um corpo profissional realmente competente, na visão da educadora entrevistada, sendo a proposta pedagógica muito rica e completa. Para melhorar a colocação do currículo em prática, Elisa comentou que falta em seu local de trabalho um espaço mais adequado para as brincadeiras, como uma brinquedoteca, por exemplo. Além disso, a quadra da escola não é coberta, impedindo as atividades em dias de chuva e/ou de muito sol; e falta um auditório e um laboratório. No que consiste ao pedagógico, há uma ausência de apoio de pessoas mais preparadas tanto para orientar em novas práticas e no trabalho diário, quanto para auxiliar com as dificuldades apresentadas pelos alunos.

² Entrevista concedida pela educadora Elisa de Fátima Santana Rodrigues, na escola Vespanito, no dia 27 de janeiro de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo está mudando e isso está ocorrendo a uma velocidade sem precedentes na evolução histórica da humanidade. A globalização, o surgimento de novas tecnologias, como o avanço das telecomunicações e da informática, contribui para que ocorram mudanças, também, na Educação. Com base nisso, percebe-se que as instituições precisam se adequar a este “novo mundo” não só para garantir um ensino de qualidade, mas também para atrair a atenção dos alunos e conseguir que eles aprendam de forma satisfatória.

Uma forma de assegurar que isso aconteça, é por meio do currículo escolar, apresentado neste trabalho como um conjunto de disciplinas distribuídas de forma linear e sequencial na escola, que tem como objetivo ser um instrumento de apoio à organização da ação escolar e, sobretudo à atuação dos professores. Sua elaboração envolve o planejamento de ensino, que é à base de todo o currículo escolar. Planos de ensino, diretrizes, parâmetros, planos anuais, planos de aula, planos de atividade, todos, cada um em sua instância, são tarefas do planejamento de ensino.

Como é a partir do planejamento que o professor pode perscrutar sua atuação e possibilitar ao aluno um resultado eficaz e eficiente, tendo, como consequência, a reconstrução do bom status de sua profissão, entende-se que planejar e implementar um currículo escolar é uma tarefa complexa, que requer toda a atenção do corpo docente e da gestão escolar.

Pela vivência que tive com a implantação de currículos em instituições escolares, a organização curricular na Educação Infantil e a produção do conhecimento devem ir além do aprendizado sistematizado e visar a formação dos sujeitos capazes de tomar decisões em condições de intervir, transformar-se e transformar a realidade. Por isso, para alcançar as metas propostas no Projeto Político Pedagógico de uma instituição, o currículo da instituição deve se ancorar nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil que entende o mesmo como práticas que se organizam relacionadas ao conhecimento e relações com a comunidade, contribuindo para a construção da personalidade infantil.

Na escola pesquisada, o currículo se apresenta muito bem estruturado e sua prática, aparentemente, é eficiente, porém, o mesmo deve ser constantemente

aperfeiçoado, a fim de que o processo de ensino-aprendizagem não fique defasado nem fora da realidade da instituição.

Assim, acredita-se que os objetivos desse TCC que foram: analisar o papel da Gestão Escolar na elaboração do currículo na Educação Infantil; apontar o currículo e seus conceitos; relatar como se dá o processo de elaboração do currículo na Educação Infantil; discutir a importância da gestão escolar na preparação do currículo; e destacar como se deu a implantação do currículo em uma escola do município de Vespasiano/MG tenham sido alcançados. Espera-se que esse estudo possa contribuir para todos aqueles que se interessam pelo currículo, essa importante ferramenta para o desenvolvimento de uma gestão escolar democrática e de qualidade

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho; e PLACCO, Vera Maria N. de Souza. (orás). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2008.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo na Escola**. São Paulo: Loyola, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB nº 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998.

_____, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 05 de 17 de janeiro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

_____, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CNE/CEB nº 20/2009 aprovado em 11 de novembro de 2009. Relator: Raimundo Moacir Mendes Feitosa. Brasília, DF, 2009.

_____, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692**, 1971. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1971.

CANTERLI, Nilza Maria. **As organizações do nosso tempo**. 2004. Disponível em <www.gestiopolis.com/canales/gerencial/articulos>. Acesso em 19 de dez. de 2014.

CAPANEMA, Clélia de Freitas. Educação pós-moderna – os desafios para a formulação de uma política pública. **Epistême**, São Paulo, v.I, n.2, , jul/dez. 1996, p. 85-100.

FURQUIM, Alexandra Silva dos Santos; BRAGA, Etiane Fagundes; e IRGANG, Sylvania Regina Pellenz. **Os caminhos da gestão escolar**: discutindo as atribuições e a prática do coordenador pedagógico. 2009. Disponível em:

<<http://www.partes.com.br/educacao/caminhosdagestao.asp>> Acesso em: 19 de dez. de 2014.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. **A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 2002.

GUIMARÃES, Ana Archangelo, MATE, Cecília Hanna, BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira; *et al.* **O coordenador pedagógico e a educação continuada**. 10. Ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LAGOA SANTA. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos**. Lagoa Santa – MG - 2014

MACEDO, Elizabeth Fernandes de; OLIVEIRA, Inês Barbosa de; MANHÃES, Luiz Carlos; e ALVES, Nilza. (org.). **Criar currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Ana. **Supervisão Escolar: Novos Desafios e Propostas**. Gestão Escolar. 2007. Disponível em:
<<http://www.webartigos.com/articles/2377/2/Supervisatildeo-Escolar--Novos-Desafios-E-Propostas/pagina2.html>>. Acesso em: 19 de dez. de 2014.

MOREIRA, Antônio F.; e SILVA, Tomaz T. **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Marco Antônio Martins de; e SIMÕES, Manoel Antônio Cantão. **O Administrador Escolar: A legitimidade de suas funções, frente a escola**. UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA – UNAMA: Belém, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: A contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999

SACRISTÁN, Gimeno. **O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática**. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTANA, Djanira Ribeiro. O Currículo e o Projeto Pedagógico na Educação Infantil: uma visão interdisciplinar. **Revista Espaço Acadêmico**, nº142. Março de 2013. Mensal, Ano XII.

SILVA, D. D. **A prática docente reflexiva: o currículo na educação Infantil**. Artigo apresentado ao Curso de Pós-graduação em Administração, Supervisão e Orientação Escolar, Três Rios, RJ, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica: Projeto político pedagógico; Educação superior: Projeto Político Pedagógico**. 3ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.

VERGARA, Sylvia. Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.



CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DOS ANJOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

LUCINÉIA APARECIDA MEDEIROS DOS SANTOS

TATIANA FRAZÃO SILVA

TOSHANSKA VIANA SEMENSATO

VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA GUIMARÃES

LAGOA SANTA, 2014



CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DOS ANJOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

LAGOA SANTA, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	05
1.1 Objetivos da Escola.....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	08
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	08
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	09
2.3 Planejamento Pedagógico.....	13
3. CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	15
3.1 Projetos Desenvolvidos pela Escola	18
4. TEMPOS ES ESPAÇOS ESCOLARES	20
4.1 Planejamento Coletivo	22
5. PROCESSO DE DECISÃO	24
5.1 Autonomia Financeira	26
5.2 Decisões de ordem pedagógica	27
5.3 Participação da Comunidade Escolar	27
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	30
6.1 Organização dos profissionais e de suas condições de trabalho	30
6.2 Relações entre comunidade e escola	31
7. AVALIAÇÃO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos foi criado pela Lei Municipal nº 3.321, de 19 de setembro de 2012 tendo o início de suas atividades em fevereiro de 2013.

Tem sua sede própria situada à Avenida Dr. Olegário Maciel, nº 800, Bairro Bela Vista, Lagoa Santa – MG, cuja obra foi adquirida com recursos do Governo Federal, firmado através do convênio – PROINFÂNCIA/FNDE – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil e recursos próprios do município, com o objetivo de absorver a demanda de Educação Infantil na região do Bairro Santos Dumont e adjacências.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos efetua atendimento na modalidade de Educação Infantil (Creche I – crianças de 4 meses a 11 meses; Creche II – crianças de 1 a 2 anos; Creche III – crianças de 3 a 4 anos; Pré-Escola – crianças de 4 a 5 anos).

O nome da escola é uma homenagem à Dona Maria dos Anjos Dias de Avelar, conhecida por sua generosidade, coragem e amor ao próximo. Em sua paixão pela música, “Dona dos Anjos”, como era conhecida, tornou-se maestrina de canto coral na igreja, onde reunia crianças e, com elas, partia numa viagem de acordes e melodias.

A escola pertence ao Sistema Municipal de Educação, é mantida pela Prefeitura Municipal de Lagoa Santa e administrada pela Secretaria Municipal de Educação. Esta norteará todo o seu trabalho por este Projeto Político Pedagógico, nos termos da legislação em vigor. O espaço físico atende a demanda de 106 alunos, com grande área externa com parquinho e galinheiro.

O atendimento da parte pedagógica é desenvolvido por vinte e quatro professoras regentes, uma professora de biblioteca literária, uma professora de música, duas coordenadoras pedagógicas e oito agentes de serviços escolares (auxiliares de turma).

A creche possui oito salas de aula, uma biblioteca literária, sala de professores, sala para direção, uma secretaria, dois banheiros femininos e dois banheiros masculinos, além dos banheiros existentes dentro das salas das Creches I e II, um masculino e um feminino para funcionários. Possui ainda um pátio grande

coberto com refeitório, cozinha, despensa, área interna com pias, bancadas e armários. Possui um espaço destinado ao lactário, lavanderia e almoxarifado.

O espaço é especialmente dedicado às crianças que ficam de segunda a sexta-feira, em horário integral de 7h00 às 17h00. Neste período os funcionários dedicam todos os esforços para o desenvolvimento integral de cada uma das crianças atendida, com o intuito de fazerem deste lugar um espaço propício ao desenvolvimento das diversas linguagens.

A comunidade escolar é muito ativa e participativa e as famílias são sempre envolvidas em todos os processos das decisões da escola. A direção oportuniza que a própria comunidade escolar decida como e quando participar, garantindo assim, um melhor envolvimento nas ações da escola, obtendo êxito nos seus resultados, garantindo assim a qualidade.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos é uma escola atenta às necessidades atuais da comunidade, buscando aprimorar o seu trabalho tendo em vista uma Gestão Democrática, avaliando permanentemente as ações pedagógicas, valorizando os profissionais, através de práticas e formação continuada com projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

A maioria dos alunos são oriundos do próprio bairro e adjacências (Joana D'Arc, Bela Vista, Ovídeo Guerra, Recanto do Poeta, Dr. Lund e Lundcélia), onde a instituição está localizada.

Todos os alunos são bem assistidos pelas famílias, recebendo apoio e assistência devidas a esta fase da Educação infantil, contribuindo para um bom desempenho dos discentes na instituição.

A missão da escola é ser reconhecida como centro de referência educacional infantil, inovando em suas propostas e práticas pedagógicas e na formação de cidadãos críticos, conscientes, num trabalho de qualidade, ética e comprometimento com o desenvolvimento humano.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos tem por finalidade, atender o disposto nas Constituições Federal e Estadual (1988), Lei, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990), ministrando a Educação Infantil.

A escola objetiva sua ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar.

Como a instituição tem pouco mais de um ano, já houve alguns resultados positivos como, por exemplo, o envolvimento da comunidade escolar nos projetos, a busca de desenvolvimento profissional em serviço não apenas para os docentes mas demais servidores da instituição, valorização dos profissionais através do Plano de Cargos e Vencimentos do Município e melhoria na qualidade da educação.

A escola utiliza hoje uma pedagogia enfatizando a concepção de criança, o desenvolvimento infantil e aprendizagem elencada nos seguintes teóricos:

- **Jean Piaget** em “A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação”, 1978: Baseou-se no empirismo e racionalismo sintetizando os dois no pensamento dialético. Opôs-se ao racionalismo por defenderem a origem da inteligência ser inata. Crê na construção do conhecimento pela interação indissociável da experiência sensorial e racional. O ser humano na visão de Piaget nasce com potencialidades que serão desenvolvidas através da interação. Chegando mais tarde a operatividade. (capacidade de estabelecer relações, reversibilidade), desenvolvendo a capacidade de aprendizagem. A inteligência é uma construção progressiva de relações, uma atividade organizadora.

- **Emília Ferreiro E Ana Teberosky** (1999,p.114) em *Psicogenese da Língua Escrita, sendo Ferreiro* seguidora das ideias de Piaget, colocam que a construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, na escola ou fora dela. No processo de aprendizagem a criança passa por etapas com avanços e recuos, até dominar o código linguístico. O tempo para o aluno transpor cada uma das etapas é bem variado. Duas consequências importantes a ser respeitada em sala de aula é respeitar a evolução de cada criança e compreender que o desempenho mais vagaroso não significa que a mesma seja menos inteligente. A aprendizagem não é provocada pela escola, mas pela própria mente das crianças, elas chegam a seu primeiro dia de aula com conhecimento.

- **Henri Wallon** em *Psicologia e educação da criança* (1979): Utiliza-se do movimento corporal e de atividades lúdicas para estimular o desenvolvimento psicomotor,

promover a integração dos aspectos motores, cognitivo e socioafetivos, além de preparar as crianças para aprendizagens futuras, favorecendo consideravelmente a alfabetização e prevenindo distúrbios de aprendizagem. Enfatiza que atividades com músicas são fundamentais na aprendizagem e no desenvolvimento não só psicomotor, mas também no esquema corporal e mental.

1.1. Objetivos da Escola

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos pretende formar alunos capazes de:

- Apresentar companheirismo e solidariedade nas relações entre as pessoas; bem como respeito às diferenças culturais, raciais e estilos pessoais;
- Demonstrar sensibilidade ecológica e respeito ao meio ambiente, pensando-o sustentavelmente;
- Praticar o exercício permanente da crítica e da autocrítica, bem como a criatividade e espírito de iniciativa, frente a novos desafios;
- Demonstrar atitudes de autoconfiança;
- Demonstrar ações e reconhecimento de valores humanos como ética, respeito, empatia e solidariedade;
- Construir a democracia através da participação, socialização e expressão de opiniões;
- Demonstrar preparo para os desafios das novas tecnologias.

Nesse sentido, a missão do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos acredita na capacidade de cada cidadão compreender a sua realidade, atuando e tornando-a melhor para si e os demais cidadãos.

A Instituição, em parceria com a comunidade por meio de uma gestão democrática e participativa tem por missão, formar cidadãos críticos e participativos, transformadores de seu meio social, procurando aprimorar-se cada vez mais na qualidade de ensino, com o objetivo de ser uma escola de educação infantil de referência no Município de Lagoa Santa.

Embasada nessa premissa, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos pauta-se numa educação de valores, alicerçados em: Empatia, Amor, Respeito, Ética, Verdade, Felicidade, Responsabilidade, Justiça, Compromisso, Bondade, Igualdade, Honestidade, Cidadania, Criticidade, Solidariedade, Altruísmo e Perseverança.

A escola como meio de transformação social, deve proporcionar aos educandos, meios de superação de diferenças para que a formação do ser humano se dê de forma justa e completa, proporcionando melhorias para o mundo em que vivemos, orienta-se pelas posições: política onde a criança é vista como executante da cidadania, através do exercício da ordem e desenvolvimento da democracia; filosófica com o desenvolvimento do ser social, capaz de proporcionar um desenvolvimento pessoal e coletivo, modificando assim, a sua comunidade e social inserido numa sociedade capitalista, cada vez mais competitiva, fazendo necessária a construção de uma sociedade mais justa.

Para refletir sobre a função social da escola, é necessário repensar a organização político-pedagógica que permita:

Trabalhar valores culturais, morais e físicos;

Integrar elementos da vida social aos eixos trabalhados;

Compreender este aluno como um cidadão que deve ser um agente transformador da sociedade, além de crítico, responsável e participante.

A construção Projeto Político Pedagógico desenvolvido com a colaboração da comunidade proporciona experiências que favorecem a reflexão e a construção do ser social coletivo.

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe. (DUTRA; PIAGET, s/p, 2011)

Pensar sobre o papel da escola é refletir nas possibilidades de quebra de paradigmas, realizando a função também de auxiliar as crianças a enfrentarem o mundo em busca de melhores condições.

2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O prédio da instituição foi construído no modelo de pró-infância B, do Governo Federal, sendo contemplado através do PAR (plano de Ações Articuladas). Tem uma estrutura moderna e ampla com área de 2.000m², para atendimento das crianças de 0 a 5 anos em condições de extrema qualidade e conforto para o desenvolvimento das práticas do educar e cuidar.

2.1 . Estrutura organizacional administrativa

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos está inserido no perímetro urbano de Lagoa Santa, localizada à aproximadamente 36 km de Belo Horizonte.

Seu prédio foi construído com recursos do Governo Federal, firmado através do convênio PROINFÂNCIA/FNDE – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil em 2012. Possui em seus recursos físicos: 08 salas de aula; 01 sala de professores; 01 biblioteca Literária; 01 secretaria; 01 recepção; 01 pátio coberto para recreação; 01 cozinha; 01 dispensa para alimentos; 01 lactário; banheiros para alunos, sendo um em cada sala das Creches I e II; 01 banheiro masculino para educadores; 01 banheiro feminino para educadores; 01 refeitório; 01 parquinho; 01 sala de diretoria; 01 sala de supervisão; 01 lavanderia e 01 despensa de materiais para secretaria.

A área externa compreende um parquinho de brinquedos, com uma área gramada à frente, além de contar com um galinheiro. O espaço é adequado para a demanda da Instituição. Utiliza como recursos materiais: 01 aparelho telefônico sem fio; 01 mesa redonda para adultos; 01 mesa de reunião de oito lugares; 01 arquivo de aço – quatro gavetas para pastas suspensas; 10 cadeiras estofadas com braço; 120 cadeiras em ferro; 06 cadeiras para alimentação de bebês; 28 placas de tatame em E.V.A; 06 Colchonetes de 03 cm de espessura; 08 berços de madeira; 06 mesas retangular de MDF; 08 aparelhos de som; 01 DVD player; 06 quadros brancos; 08 quadros de mural em feltro; 06 cadeiras de refeição para adultos; 04 estação de trabalho em L; 04 roupeiros de aço – 04 corpos e 16 portas; 03 armários altos quatro prateleiras com pastas suspensas e chave; 04 cadeiras com braço, rodinha e altura regulável; 20 mesas coletivas hexagonal – crianças de 4 e 5 anos; 04 banheiras

para bebê de plástico PVC; 44 colchonetes 05mm de espessura; 08 colchões de berço; 12 bancos retangular em MDF; 04 roupeiros de aço – 03 corpos e 12 portas; 10 ventiladores; 01 TV de LCD de 32”; 02 quadros de aviso; 08 quadros de mural em feltro; 03 bebedouros elétricos individual; 02 bebedouros elétricos conjugados; 02 cilindros de gás P45 ou botijões P13; 01 ferro elétrico a seco; 01 máquina de lavar roupa – cap. 8kg; 03 purificadores de água refrigerado; 01 centrífuga de frutas 800w; 01 multiprocessador; 02 batedeiras; 02 exaustores Axial; 01 freezer 420L horizontal; 01 geladeira de uso doméstico frostfree 410L; 01 geladeira de uso doméstico frostfree 180L; 01 fogão industrial; 01 fogão de 04 bocas de uso doméstico; 01 microondas de 18L; 01 esterilizador para 08 mamadeiras para microondas; 01 liquidificador de uso doméstico; 01 espremedor de frutas semi industrial inox; 01 batedeira; 01 interfone; 01 caixa amplificadora; 01 armário de cozinha; 01 enceradeira; 01 forno elétrico de mesa; 01 fichário de mesa; 06 mesas para refeitório com bancos; 07 cadeiras giratórias; 10 relógios de parede; 01 câmera fotográfica digital; 01 carregador de pilhas; 01 forno industrial a gás; 02 mesas para computador; 10 mesas com cadeira para professor; 12 armários de aço; 06 estantes de aço com prateleira; 01 quadro de aviso com cortiça; 06 quadros de aviso com feltro/vidro/chave; 05 mesas com cadeiras para biblioteca com cadeiras; 12 estantes de aço com 04 prateleiras; 12 estantes de aço com 06 prateleiras; 01 escaninho; 01 escada; 01 cortador de legumes; 01 estufa de papel; 04 arquivos de aço com 04 gavetas; 02 mesas para cadeirantes; 01 guilhotina; 12 ventiladores de parede; 01 impressora; 01 máquina de xérox e 50 cadeiras de plástico.

2.2. Estrutura organizacional pedagógica

A organização escolar compreende todos os órgãos necessários ao funcionamento da Unidade Escolar, abrangerá os seguintes serviços: Direção, Vice-Direção, Colegiado, Corpo Docente, Corpo Discente, Assistente Técnico pedagógico, Assistente Técnico administrativo, Agente de Serviços Gerais – ASG, Agente de Serviços Escolares, Zelador e Vigia.

A Lei 3.241/12 dispõe sobre a estrutura de Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, e no Capítulo II, art. 18 dispõem que

“cada estabelecimento de ensino terá um Diretor Escolar que dirigirá e coordenará as suas atividades”.

A gestão escolar baseada nos princípios de autonomia, responsabilidade, participação compartilhada, está ancorada nos princípios de um novo padrão para os encaminhamentos das questões escolares. O diretor é a peça fundamental para que este processo de mudança ocorra, garantindo assim o sucesso com a qualidade escolar. É específico de sua função ser o articulador político e administrativo da escola.

A administração do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, será exercida pelo Diretor, legalmente eleito e habilitado, assessorado pelo Colegiado Escolar.

A Diretoria é constituída por uma Diretora e uma Vice-Diretora, de acordo com a Instrução Normativa – SEMED/2014 e orientações da PROINFÂNCIA/MEC.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos é composto por: uma diretora e uma vice-diretora, duas pedagogas, vinte e quatro professoras, uma professora responsável pela biblioteca literária, uma professora de musicalização, um secretário escolar, um auxiliar administrativo, dezesseis agentes de serviços escolares, quatorze auxiliares de serviços gerais, um zelador e dois vigias.

A Direção e Supervisão possuem nível Superior com Pós-Graduação.

Dentre as 24 professoras, 22 são formadas em nível superior, duas com pós-graduação, as demais possuem formação em nível médio: Magistério.

As dezesseis profissionais de apoio (Agentes de Serviços Escolares) cursam Pedagogia, Normal Superior e Educação Física.

A Secretária possui curso Normal Superior e a Auxiliar Administrativo possui graduação em Letras.

As agentes de serviços escolares, possuem formação em nível médio e outras em nível de Ensino Fundamental (9º ano), graduação em Artes e Normal Superior.

Os recursos humanos são providos pela entidade mantenedora que é a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa. Todo o quadro de servidores da instituição são renumerados pela prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, onde os mesmos recebem por meio de recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). Os profissionais são constituídos por: diretora, vice-diretora, coordenadora pedagógica, professores, auxiliares

administrativos, secretário escolar, agente de serviços escolares, cozinheiras, lavadeiras/passadeiras, lactarista, auxiliares de serviços gerais, zelador e vigia. O quadro se constitui de servidores efetivos através de concurso público e de contratos de acordo com a necessidade, como substituição de licenças e etc.

Os demais profissionais técnicos pertencem ao quadro da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, integrando às Secretarias Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Saúde que disponibilizam: Nutricionista, Psicóloga, Psicopedagoga, Pedagoga, Pediatra, Enfermeira, Ortopedista e Assistente Social. Esses profissionais atendem a demanda do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, de acordo com as necessidades que se fazem presentes no cotidiano escolar, visando melhorias no atendimento ao educando.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos possui como mantenedora a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, através da Secretaria Municipal de Educação.

Quanto aos recursos financeiros, neste ano a instituição espera receber a verba do PDE Interativo (Programa Dinheiro Direto na Escola), pois ano passado com o seu início a mesma foi cadastrada. Além desta verba, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, realiza Festa Junina e sorteio de prêmios com o apoio da Associação de Pais e Mestres para maiores demandas, sanando as necessidades imprevisíveis e emergenciais que surgem no dia a dia e que demandam tempo ou burocracia quando direcionados à Prefeitura, como exemplo: torneira estragada, lâmpada queimada ou outras necessidades.

Como todas as escolas do Município, a primeira regra para critério de ingresso na escola está delimitada pelo zoneamento. Ele é definido pela Comissão de Cadastro e Matrícula do Município, onde a comissão é composta por: Inspetoras Escolares (Rede Estadual, Membros da Secretaria de Educação, Pais, Professores, Conselho Tutelar e Diretores das Escolas Estaduais e Municipais). Os bairros definidos para o atendimento do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos são: Santos Dumont, Ovídeo Guerra, Joana D'arc, Recanto do Poeta, Lundcélia, Bela Vista, Jardim Ipê e Dr. Lund. Na primeira quinzena de janeiro, os interessados fazem inscrição na instituição e na data agendada na segunda quinzena de janeiro acontecem os sorteios das vagas disponíveis. As vagas ofertadas não condizem com a demanda dos bairros, onde a população a ser atendida nesta faixa etária é muito grande.

As famílias se cadastram e posteriormente são sorteadas, tendo algumas vagas garantidas para crianças em vulnerabilidade social, encaminhadas pelo Ministério Público e Conselho Tutelar.

A composição das turmas é definida pela Secretaria Municipal de Educação e a enturmação em cada ano, será realizada de acordo com o corte etário de 31 de março.

A composição das turmas acontece da seguinte forma: Creche I (04 meses a 1 ano) em turno integral com 08 alunos; Creche II (1 ano à 2 anos) em turno integral com 12 alunos; Maternal II (2 anos à 3 anos) em tempo integral com 18 alunos; Maternal III (3 anos à 4 anos) em tempo integral com 18 alunos; Infantil I (4 anos à 5 anos) em tempo integral com 22 alunos e Infantil II (5 anos) em tempo integral com 22 alunos.

As reuniões entre a Coordenação pedagógica e professores acontece semanalmente, para análise dos planejamentos realizados e sugestões sobre a implementação do trabalho escolar.

Também semanalmente acontece um encontro entre Coordenação Pedagógica, Professores e a Professora responsável pelo Núcleo de Alfabetização e Letramento, para que as atividades relacionadas às linguagens sejam direcionadas de maneira lúdica onde a criança possa se relacionar com os diferentes gêneros e portadores de textos, além de mostrar gosto pela leitura.

A cada trimestre, acontece como previsto em Calendário Escolar, as reuniões pedagógicas onde todos os professores e Direção/Coordenação se encontram com a finalidade de discutirem assuntos relacionados às práticas pedagógicas vivenciadas na instituição.

O Centro de Educação infantil Maria dos Anjos estabelece um diálogo aberto com a comunidade escolar e com as famílias, considerando-as como parceiras e interlocutores no processo educativo infantil e respeita os vários tipos de estrutura familiar.

A comunicação diária entre família e escola é valorizada e respeitada no Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos. No acolhimento diário, os pais ou responsáveis levam seus filhos até a professora na porta da sala, onde há uma troca de informações e a família ficará informada da rotina do dia. Ao buscar a criança, haverá novamente as mesmas trocas de informações a respeito de situações imprevistas da rotina da criança naquele dia. Na agenda das crianças, diariamente

também estarão às informações sobre como foi o dia de cada uma, sono, alimentação e etc.

Há reuniões periódicas com o grupo de pais como formas de discutir conjuntamente as dúvidas e preocupações, assim como de informar e oportunizar que se conheçam. Além de reuniões individuais agendadas pelas famílias e/ou direção, quando ambas das partes sentir necessário.

Nos projetos realizados no Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos é possível integrar o conhecimento das famílias nas atividades pedagógicas.

É importante que os pais sejam sempre bem acolhidos com suas dúvidas, angústias e ansiedades, oferecendo apoio e tranquilidade.

2.3 - Planejamento pedagógico

Para se planejar o professor deve estar atento à realidade vivenciada pelos alunos, realizando uma reflexão de pensar nas ações que deseja alcançar para promover o desenvolvimento do aluno. Além disto, é necessário estar atento aos eixos que deverão ser trabalhados na educação infantil, garantindo através das interações e brincadeiras as experiências necessárias a faixa etária.

Na educação infantil o planejamento deve propiciar momentos que possibilitem ao professor encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Dentro desse contexto, o planejamento deve ser uma atividade contínua, que possibilite ao professor realizar acompanhamento, através do registro individual e não apenas conteúdos a serem desenvolvidos em sala de aula. Deve ser pautado numa metodologia que possibilite a diversas áreas do desenvolvimento e conhecimento se integrarem

O planejamento dos cuidados na instituição deve ser iniciado pelo conhecimento que se tem da criança, através de constante contato com a família. A família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado do bebê. Nela ele recebe os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem-estar e constrói suas primeiras formas de significação do mundo.

A prática pedagógica se dá em três fases: Planejamento, atuação e revisão. No planejamento devem ser orientados os seguintes elementos:

- 1) Hábitos de rotinas da vida cotidiana e cuidados com a criança.

2) Unidades temáticas, centro de interesses, projetos, oficinas e outros.

3) Atividades de recreação. Acolhida e reencontro com o grupo, privilegiando o brincar.

4) Atividades específicas contemplando as áreas do conhecimento.

Silva (2003) considera que:

Faz-se necessário ao educador, na intenção de alcançar o desenvolvimento esperado dos seus alunos, buscar estratégias passíveis de acompanhar o desenvolvimento das crianças em suas singularidades, de formar e verificar qual o seu percurso na construção de seus conhecimentos visando uma mediação segura, eficaz e desafiadora às novas descobertas. (SILVA, 2003, p. 11).

Nessa consideração, o planejamento do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos considera os seguintes elementos norteadores:

- Diagnóstico trimestral para estabelecer o conhecimento prévio do aluno e desenvolver práticas de aprendizagem de acordo com as necessidades da criança.

- Hábitos e rotinas da vida cotidiana e cuidados da criança.

- Unidades temáticas, centro de interesses, projetos, oficinas e outros.

- Atividades de recreação, acolhida e reencontro do grupo, privilegiando o brincar.

- Atividade específica contemplando as áreas de conhecimento.

- Projetos envolvendo a família e comunidade.

- Planejamento por projetos e atividades de ensino.

Na prática pedagógica, é essencial que seja feito um planejamento prévio para sondar os conhecimentos e experiências que os alunos já possuem. O conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento que se tem da própria criança.

3 – O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, sendo ofertada em creches e pré-escolas, tem como o seu maior desafio é integrar o cuidar e o educar nos aspectos psicológicos, físicos, intelectual e social junto à sua família e a comunidade, garantindo assim uma educação de qualidade que se inicia na primeira infância. Tal oferta de educação se constitui como direito da criança.

O currículo como um processo dinâmico, deve ser reflexo de um contexto histórico, construído sobre o pensamento pedagógico visando a construção do sujeito como ser histórico e social. Ele deve ser pensado de acordo com a vivência da realidade local para uma construção coletiva da realidade escolar e sua transformação.

A criança deve ser considerada como sujeito social, e histórico que se constitui na interação com os outros sujeitos da cultura. A esse respeito, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de acordo com a resolução nº 05/09 CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/ Câmara da Educação Básica), preceitua no art. 3º, que:

Currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.(BRASIL, CNE/CEB, 2010 p.1)

A definição de currículo defendida nas DCNEI salienta que a ação da instituição de Educação Infantil seja a de mediar e articular as experiências e saberes das crianças e dos conhecimentos que circulam na cultura mais ampla fazendo despertar na criança o interesse por uma busca de novas experiências.

O currículo, segundo Veiga (1995), deve ser entendido como:

(...) construção social do conhecimento, pressuposto a sistematização de meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar (...) refere-se à organização do conhecimento escolar. (VEIGA, 1995, p. 26-27).

A autora ainda coloca que a revisão do currículo exige a análise de alguns aspectos básicos, tais como: a ideologia que permeia o conhecimento escolar (dominante/popular); o contexto social, “uma vez que o currículo é historicamente situado e culturalmente determinado” tipo de organização curricular (hierárquica, fragmentada ou interdisciplinar); o controle social (normas, valores dominantes passados aos alunos no ambiente escolar por intermédio dos livros didáticos, as relações pedagógicas, a rotina escolar).

O currículo na Educação Infantil (0 a 5 anos), de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), baseia-se nos eixos norteadores das interações e a brincadeira, com a finalidade de garantir experiências que:

- I – Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio de ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- II – Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- III – Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- IV – Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaciais e temporais;
- V – Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI – Possibilitem situações de aprendizagem medidas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII – Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e no conhecimento da diversidade;

VIII – Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX – Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X – Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI – Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII – Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

(BRASIL,CNE/CEB, 2010, p.4)

A organização curricular na Educação Infantil e a produção do conhecimento irão além do aprendizado sistematizado e deverão visar a formação dos sujeitos capazes de tomar decisões em condições de intervir, transformar-se e transformar a realidade.

Para alcançar as metas propostas no Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação infantil Maria dos Anjos, o currículo da instituição se ancora nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil que entende o mesmo como práticas que se organizam relacionadas ao conhecimento e relações com a comunidade, contribuindo para a construção da personalidade infantil.

Segundo Oliveira (2010, p.9), referenciando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, para ele a organização curricular nas instituições desta modalidade deve:

– Assegurar a educação de modo geral, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo;

– Combater o racismo e as discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas;

– Conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e da pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas

crenças e manifestações, e fortalecer formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, linguísticas, culturais e religiosas de cada comunidade;

– Dar atenção cuidadosa e exigente às possíveis formas de violação da dignidade da criança;

– Cumprir o dever do estado com a garantia de uma experiência educativa com qualidade a todas as crianças na Educação Infantil. (OLIVEIRA, 2010, p.9)

Os conteúdos e as metodologias deverão ser organizados de tal forma que ao final da Educação Infantil, o aluno seja capaz de:

I – Ter domínio de sua capacidade de relacionar-se com crianças diferentes;

II – Ter pleno desenvolvimento de capacidades de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética de relação pessoal e inserção pessoal.

Nesse sentido, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, articula todas as vivências das crianças por meio do eixo norteador das interações e brincadeiras que possibilitam um espaço maior para aprimoramento dos mesmos, devido a inserção dos alunos serem em tempo integral, garantindo assim, um currículo significativo sendo registrado e vivenciado neste Projeto Político Pedagógico, de forma a dar condições de acesso a oportunidades e práticas educativas de cuidar e educar.

3.1 Projetos desenvolvidos pela escola

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos desenvolve vários projetos institucionais, além dos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com as demais secretarias, como: Semana de Saúde na Escola, Combate a Dengue e Saúde Bucal. Os Projetos Institucionais são a Festa da Família e Festa Junina.

Além desses projetos, como parte integrante do Currículo, há o Núcleo de Alfabetização e Letramento, com enfoque inicial na Educação Infantil, que norteia todo o trabalho da rede municipal, coordenado pela Professora Emérita da UFMG Magda Soares desde 2008, que desenvolve este trabalho voluntário no município de Lagoa Santa.

Através do Núcleo criou-se a proposta curricular para a educação infantil através de metas. Este trabalho também beneficiou a sistematização de todo o processo e a Educação Infantil passou a privilegiar a integração do cuidar, do brincar e também o aprender.

Sabendo que todas as crianças estão em contato com o mundo letrado desde a mais tenra idade, foram oferecidas bibliotecas literárias e um trabalho lúdico voltado para alfabetização e letramento através da leitura. Essas bibliotecas mantêm um espaço adaptado para iniciar o seu recebimento desde os bebês.

No enfoque do Núcleo de Alfabetização e Letramento, são desenvolvidos dois projetos de grande relevância que são inseridos na Educação Infantil a partir do Infantil I, ou seja, para crianças de 4 anos que são o *Paralfaletrar* – recursos metodológicos produzidos pelos professores para alfabetizar e letrar e o *Alfalendo* – materiais produzidos por professores e alunos para o desenvolvimento da aquisição da leitura, onde todas as escolas municipais participam ativamente deles.

4 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Respeitando os dispositivos legais, compete à escola proceder à organização do tempo escolar, devendo constar no Plano Curricular o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos anuais, 40 (quarenta) semanas, 5 (cinco) dias letivos semanais com carga horária diária de 9 (nove) horas, com duração módulo aula de 30 minutos para a educação infantil.

O tempo na escola segundo considera Veiga (2004, p.28), é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico.

O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo dias letivos, férias, os períodos escolares em que o ano se divide, os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos de reuniões técnicas, cursos etc. (VEIGA, 2004, p.28)

Após a aprovação do Colegiado de Diretores, o calendário deverá ser cumprido na íntegra, devendo ser comunicada a SRE (Secretaria Regional de Ensino) METROPOLITANA C qualquer alteração ocorrida, pois o mesmo é submetido a aprovação desta Superintendência, já que o município de Lagoa Santa não possui um sistema próprio de ensino.

A organização do tempo nas creches e pré-escolas, segundo Barbosa e Horn (2001, s/p), deve considerar as necessidades relacionadas ao repouso, alimentação, higiene de cada criança, levando-se em conta a sua faixa etária, suas características pessoais, sua cultura e estilo de vida que traz de casa para a escola.

As autoras pesquisam a organização do espaço e do tempo na educação infantil e afirmam:

Organizar o cotidiano das crianças da Educação infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que o educador observe que as crianças brincam, como estas

brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chamam mais atenção, em que momentos do dia estão tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, 2001, p.67)

O planejamento do tempo na educação infantil é organizado nos diversos momentos do dia, contemplando as atividades coletivas e individuais nas ações pedagógicas: atividades diversificadas em sala de aula, com interações diversas e períodos de transição, repouso, as rotinas e a avaliação individual e/ou coletiva no final de cada dia.

Os espaços devem levar em conta os objetivos da Educação infantil, de promover o desenvolvimento integral das crianças. Por isto, a instituição privilegia os cantinhos lúdicos de aprendizagens, que são um importante espaço de vivências. A sala de aula deve ser um ambiente facilitador para desenvolver as habilidades de maneira enriquecedora que estimule as descobertas.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos organiza seus alunos em classes, de acordo com a faixa etária, onde para cada uma, dedica-se a responsabilidade de duas professoras regentes.

A instituição funciona de segunda a sexta-feira, das 07h30m às 17h00, durante todo o ano civil, com as seguintes modalidades de atendimento: Creche I, Creche II, Maternal II, Maternal III, Educação Infantil I e II, atendidos em período integral.

Duração: Fevereiro a Dezembro com recesso nos meses de Outubro e Dezembro e férias no mês de Janeiro.

Segundo Freitas (2004), “o espaço escolar é entendido como um local em interface com a realidade do entorno da escola e regido por princípios democráticos” (FREITAS, 2004, p.14). Tendo em vista a inter-relação entre a realidade local, buscando ampliar a relação com a comunidade local, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos busca a sua utilização como meio de aproximar as demandas das

crianças, principalmente por serem estas muito pequenas. O projeto do tempo integral contempla os espaços do próprio bairro como apoio às práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição como a utilização da lagoa central, campo de futebol e visita a outros espaços.

Além disto, cada turma da escola possui sua sala de referência, não impedindo a troca e interação entre as turmas. Os demais espaços (pátio, biblioteca, parquinho, galinheiro, etc.) são compartilhados por todos os alunos coletivamente ou separadamente de acordo com a rotina de trabalho de cada turma, com horários programados.

4.1 – Planejamento coletivo

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos promove regularmente sessões de estudo, que possibilitam a atualização e aperfeiçoamento do pessoal Docente e Administrativo, utilizando para tanto, dias escolares no calendário escolar e uma reunião semanal de planejamento para as professoras e auxiliares, bem como uma vez por mês, participando do repasse do Núcleo de Alfabetização e Letramento.

O repasse do Núcleo de Alfabetização e Letramento respalda-se no Regimento da Escola, através da emenda nº 05/12, Art.40.

§ 4º – As professoras que fazem parte do Núcleo de Alfabetização e Letramento realizarão um encontro mensal com todos os professores da sua escola, com o objetivo de fazer o repasse das informações do Núcleo, sem, no entanto, comprometer a carga horária do aluno, prevista no Calendário Escolar. (REGIMENTO ESCOLAR, 2012, p.30)

Na visão de Veiga (1998, p.9), “é preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo”.

Diante do exposto acima, para a garantia desse tempo, o Plano de Cargos e Vencimentos do Município (2012), de acordo com o quadro setorial de educação, capítulo II, estabelece que:

Art.19. A jornada semanal de trabalho dos professores corresponde a 20 (vinte) horas de aulas e 2 (duas) horas em atividades extraclasse”.

§1°. As horas de atividades extraclasse deverão ser destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, às reuniões pedagógicas, à articulação com a proposta pedagógica adotada no sistema de ensino municipal e à colaboração com a direção da escola.
(PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS, 2012, p.8)

O pessoal docente e administrativo, será incentivado a participar de cursos e outras atividades, proporcionadas pelos órgãos do sistema.

Portanto, conforme Veiga (2008, p.29), “para alterar a qualidade do trabalho pedagógico é necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada.”

5 – PROCESSO DE DECISÃO

O Município de Lagoa Santa, em uma ação integrada com a LDB, garante a autonomia na gestão colegiada e democrática, através do Plano de Cargo e Vencimentos (2012) – PCV que estabelece quanto à direção escolar:

Art. 18 – Cada estabelecimento de ensino terá um Diretor Escolar que dirigirá e coordenará as suas atividades.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos de ensino menores poderão ser agrupados sob a direção de um único Diretor, conforme critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º – O cargo de Diretor Escolar é de dedicação integral e provimento em comissão, não podendo o seu ocupante exercer outro cargo na Administração Pública, direta ou indireta, em qualquer esfera da Federação. (PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS, 2012, p.8)

O art.19 da lei estabelece que “O Diretor Escolar será escolhido em processo de eleições diretas, com a participação de toda comunidade escolar, precedido de exame seletivo escrito de caráter eliminatório”. (PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS, 2012, p.8)

Nessa perspectiva, embasado pelo Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Lagoa Santa (PCV/2012), numa ação democrática, a Direção da Escola cumpre o que determina em seu artigo:

Art. 19 – O Diretor Escolar será escolhido em processo de eleições diretas, com a participação de toda comunidade escolar, precedido de exame seletivo escrito de caráter eliminatório.

§ 1º – O cargo de Diretor Escolar é de dedicação integral e provimento em comissão, não podendo o seu ocupante exercer outro cargo na Administração Pública, direta ou indireta, em qualquer esfera da Federação.

§ 2º – A Comunidade Escolar é composta pelos servidores da unidade de ensino, estudantes e pais,

na forma do regulamento próprio, observando, ainda, o que dispõe este artigo.

§ 3º – O processo de escolha de Diretor Escolar será coordenado por uma Comissão Organizadora designada pelo Prefeito e compreenderá:

I – a fase de elaboração e aplicação de avaliação escrita, a qual terá caráter eliminatório;

II – a fase de inscrição de candidatos, que somente admitirá a inscrição de candidatos aprovados em avaliação escrita;

III – a fase de consulta à comunidade escolar, que escolherá, livremente, o candidato que preferir, pelo voto secreto de seus membros. (PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS, 2012, p.8)

Em 2013, pela primeira vez, embasado no PCV/2012, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, passou por uma eleição direta, através de uma ação democrática, passou por esse processo de decisão que se configura como um instrumento fundamental para efetivação de mudança, sendo a liderança favorável para o sucesso da escola, com eficácia e qualidade, propiciando um espaço aberto e democrático de participação.

Conforme afirma Gonçalves (2001), “nos dias de hoje, os líderes eficazes de escolas concentram os seus esforços em liberar a energia escondida das escolas e de outras organizações, pela construção de equipes participativas”. (GONÇALVES, 2001, p.45). Pensando nesta perspectiva, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, além do Conselho Escolar e Caixa Escolar, implantou a Associação de Pais e Mestres, para maior participação da comunidade nos processos decisórios da instituição.

Souza (2010), afirma que:

a busca pela ampliação do diálogo e da participação das pessoas na gestão da escola e da educação pública se transforma na simples organização formal de espaços de representação, os quais, por mais importantes que sejam, não são suficientes para levar a termo o necessário avanço democrático.(SOUZA, 2010, p.1)

Pensando nesta perspectiva, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, busca uma participação autêntica dos seus envolvidos, garantindo que os mesmos não sejam somente membros para o cumprimento de uma formalidade, mas sejam atuantes e envolvidos com a gestão participativa, onde todos ganham neste processo.

5.1 – Autonomia financeira

As leis que regulamentam o sistema educacional brasileiro no que se refere às políticas, aos programas e ao financiamento das diferentes etapas da educação básica estão amparadas pela Constituição Federal (1988), no seu artigo 211, no inciso primeiro da emenda Constitucional de número 14 de 1996 (BRASIL, 1996), e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), no seu artigo 9º inciso terceiro e no artigo 10. O Ministério da Educação é o responsável por colocar em prática as políticas educacionais do governo federal e para isso conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), recursos que vão diretamente para as escolas.

Essa autonomia acontece, porque a educação nas últimas décadas vem recebendo assistência financeira significativa, como o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, que é um programa federal, que envia o dinheiro diretamente para a escola, promovendo ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas de ensino básico público e nas escolas privadas de Educação Especial. Os recursos provenientes do PDDE possibilitam suporte e apoio para a realização de atividades educativas e pedagógicas. Esse programa possibilita maior autonomia e responsabilidade da gestão.

Devido os processos burocráticos (inscrição no EducaCenso, escolha de representantes do Caixa Escolar, abertura de CNPJ) o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos ainda não foi contemplado com a verba do PDE Interativo (Programa Dinheiro na Escola), sendo a Secretaria Municipal de Educação a responsável pela manutenção da escola. Tão logo a verba advinda do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) seja liberada, a instituição de ensino, terá a sua autonomia financeira para gerir assim, suas próprias necessidades.

5.2 – Decisões de ordem pedagógica

As decisões de ordem pedagógica são tomadas coletivamente, através de reuniões e enquetes, onde o desejo da maioria predomina, pois a escola promove a educação comprometida com a construção do conhecimento, e para isso executa as políticas educacionais, fazendo com que os objetivos educacionais sejam alcançados com qualidade.

Primeiramente realiza-se uma reunião com professores e funcionários onde são solicitadas sugestões acerca dos materiais que são necessários para desenvolvimento dos projetos. A participação da Associação de Pais e Mestres é efetiva, pois os membros são engajados nas decisões da escola.

Assim, como afirma Gonçalves (2001), “o processo de tomada de decisão em uma organização não é um assunto pessoal e sua eficácia não é produto da qualidade das decisões de apenas uma pessoa, é sim assunto da organização.” (GONÇALVES, 2001, p. 53), o processo de tomada de decisão tanto pedagógica, quanto administrativa ou financeira para que seja eficaz, é necessária a participação de todos os envolvidos no processo, garantindo assim o rumo à qualidade do ensino e desenvolvimento pleno dos alunos.

5.3 – Participação da comunidade escolar

De acordo com a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9394/96 no Artigo 14, que trata dos princípios da Gestão Democrática no inciso II – “participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes”, nossa escola possibilita discutir politicamente os problemas reais da escola e do lugar que ela está inserida com a participação de todos os sujeitos do processo. (BRASIL, 1996, p.7)

Nessa mesma linha de consideração, Oliveira, Moraes e Dourado (2006, p.10) pontuam que:

a escola, no cumprimento do seu papel e na efetivação da gestão democrática, precisa não só criar espaços de discussões que possibilitem a

construção do projeto educativo, por todos os segmentos da comunidade escolar, como consolidá-los como espaço que favoreçam a participação. (OLIVEIRA, MORAES, DOURADO, 2006 p.10)

A comunidade escolar da instituição exerce um papel participativo como sujeitos comprometidos com o processo de mudança, que acontece de forma afetiva e efetiva. Esta participação garante qualitativa e quantitativamente o nível educacional que a escola vem primando desde a sua fundação. A maioria das famílias é bem engajada em todos os processos da escola, seja administrativo, pedagógico e cultural.

A instituição busca estreitar os laços, agregando os valores que norteiam a nossa concepção de educação: Educar para a vida, de forma justa e igualitária.

Em virtude do pouco tempo de funcionamento, o Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos está iniciando o seu caminho para a vivência da educação democrática, pois as decisões são compartilhadas entre os educadores e decididas pela maioria.

A Associação de Pais e Mestres criada em 2013 é representada pela comunidade escolar, constituída pelos funcionários, família e representantes da comunidade. Através de convocação, sensibilizamos a comunidade escolar sobre a importância da participação de todos os segmentos.

Inicialmente, a criação da Associação de Pais e Mestres foi com intenção de gerenciar finanças geradas pelo PDDE e outras verbas direcionadas para a escola, priorizando aspectos financeiros. Aos poucos, os membros estão participando dos outros aspectos da gestão democrática, em outras situações relacionadas às questões de funcionamento, culturais, físicas e etc. Alguns membros da Associação que são representantes do CAE (Conselho de Alimentação Escolar) são parceiros para ações pertinentes ao bom desenvolvimento do trabalho, acompanhando as necessidades, dando sugestões e apoiando as decisões da escola, mas são poucos.

Através dessa participação, evidencia-se que promova mudanças no processo de gestão da escola, pois, a tomada de decisões prioriza o trabalho participativo nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, objetivando assegurar a efetividade no alcance das metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da escola.

Importante eleger o Conselho para acompanhar a organização e desenvolvimento dos projetos da Instituição, que possibilita maior participação nos acontecimentos.

O Conselho Escolar deve ser entendido como forma de participação democrática e autônoma de toda a comunidade escolar para definir o caminho que a escola quer seguir, formando a sua própria identidade, e está respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nos artigos. 14 e 17 e pelo Plano Nacional de Educação (PNE) Lei n. 10.172 (2001), que estabelecem “a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” O conselho escolar se evidencia então como um órgão de natureza democrática, onde a comunidade a qual ela serve, cria a sua própria história. O Conselho atua como corresponsável pela gestão democrática.

A importância do Conselho Escolar para a melhoria da instituição pauta-se na vivência democrática, que define ações para concretizá-las. Para uma escola pública de qualidade, o Conselho Escolar possibilita que a escola tenha autonomia no processo de decisão de seus recursos e na elaboração do seu Projeto Pedagógico.

Através do Conselho Escolar, a instituição estabelece uma relação com a comunidade escolar de troca e apoio mútuo, com sensibilidade e engajamento, pois se as relações não forem assim, certamente os resultados esperados por esta instituição não serão de educação de qualidade e humanizada.

A escola deve permanecer como um lugar atrativo, onde a comunidade escolar se sinta acolhida e valorizada, através de espaços abertos de discussão e reflexão.

Segundo Antunes (2002, p.25) “Participação, autonomia, democracia e cidadania exigem aprendizado. O Conselho de Escola pode nos ensinar a construir esses saberes”. (ANTUNES, 2002, p.25)

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho no ambiente escolar segundo Veiga (1998, p.10), “deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico”. (VEIGA, 1998, p.10)

A escola busca constituir relações baseadas na democracia, adotando a metodologia da comunicação, através da qual, a instituição enfatiza a participação de toda a comunidade escolar.

O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, busca constante aprimoramento do seu trabalho em vista de uma gestão democrática, avaliando permanentemente as ações pedagógicas, incentivando e valorizando os profissionais, através de práticas e formação continuada através de projetos desenvolvidos com frequência e projetos propostos pontuais pela Secretaria Municipal de Educação em benefício do desenvolvimento profissional do servidor.

Em consonância com a Secretaria de Educação e de acordo com o Regimento Escolar da instituição, na seção IV, do aperfeiçoamento pessoal estabelece que:

Art. 34 – O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos promoverá regularmente sessões de estudo, que possibilitem a atualização e aperfeiçoamento do pessoal Docente e Administrativo, utilizando para tanto, dias escolares a serem explicitados no calendário escolar.

Parágrafo Único: A Escola estimulará a participação do pessoal docente e administrativo, em cursos e outras atividades proporcionadas pelos órgãos do sistema. (REGIMENTO ESCOLAR, 2012, p.26).

Como todo processo nas relações de trabalho, o mesmo deve estar atento aos objetivos destinados à Educação Infantil, favorecendo e desenvolvendo nas crianças as práticas educar e cuidar, instrumentos básicos para uma prática cotidiana alicerçada na qualidade ao atendimento.

6.1-Organização dos profissionais e de suas condições de trabalho

A instituição busca oferecer um ambiente de desenvolvimento profissional, através da humanização das relações. Utilizamos um processo administrativo fundamentado em decisões democráticas e participativas, contando com uma equipe compromissada, motivada e criativa.

Paschoalino (2009, p.29), ao examinar as condições, ou seja, as relações de trabalho na escola analisam que “o trabalho docente vem alterando sua contribuição a partir de diversas mudanças ocorridas na sociedade que interferem nesse trabalho”. Fatores como carga horária elevada, baixo salário, falta de estrutura entre outros problemas que desestimulam a atuação profissional, levam muitos educadores ao absenteísmo ou presenteísmo, que segundo a autora, “[...] indica que o professor está sofrendo”. (PASCHOALINO, 2009, p.9).

A gestão orienta as discussões a serem tomadas para a resolução desses, entre outros problemas vivenciados nesse cotidiano, buscando estreitar sempre os laços de parceria e cumplicidade. Procura estabelecer uma relação de ajuda mútua, alicerçada nas relações de sensibilidade e engajamento entre criança/criança, adulto/criança, adulto/adulto, pois se as relações na escola forem conflituosas, certamente os resultados esperados não serão de educação de qualidade e humanizada.

Com base em vários estudos e ansiedades de mudanças na escola pública, a gestão democrática colabora para a melhoria da qualidade educacional, pois trabalha para a busca da excelência, criando condições necessárias para que o processo ensino-aprendizagem seja mais eficaz.

6.2 – Relações entre comunidade e escola

A escola só terá sentido para alunos, pais, professores e comunidade escolar, se as relações acontecerem de maneira ordenadamente participativa. O Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, estabelecerá um diálogo aberto com a comunidade, considerando-a como parceira e interlocutora no processo educativo das crianças.

Pensar nesta articulação faz com que a comunidade se aproxime da escola, pensando numa rede de relações que inicia na criança, perpassando pela família, expandindo pelo bairro, chegando até a cidade.

A comunidade ganha papel importante no processo educativo, através da gestão democrática ajudando a solucionar todos os desafios e para isto a instituição tem um papel importante que é o de motivar esta participação. Nesse sentido, promoverá um debate e novas ideias caminhando rumo à formação dos futuros cidadãos.

7 – AVALIAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9394/96) orienta sobre a Avaliação na Educação Infantil, que não tem objetivo de promoção, resguardando as crianças das práticas avaliativas do Ensino Fundamental. De acordo com a seção II, no artigo 31, assegura que “a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento do aluno”.

E ainda de acordo com a LDB, no artigo 24 inciso V, que “a avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. (BRASIL, 1996, p.10).

A escola tem a tendência de medir o quanto se aprende, numa perspectiva classificatória e excludente e não a qualidade da aprendizagem das crianças. O objetivo da avaliação é promover aprendizagens qualitativas e não quantitativas. Qualidade que perpassa, entre outros aspectos, a prática pedagógica do professor, em benefício do desenvolvimento de seus alunos.

Nesse sentido, segundo Freire (1989, p.47) “não é possível praticar sem avaliar a prática. Avaliar a prática é analisar o que se faz, comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos alcançar com a prática. A avaliação da prática revela acertos, erros e imprecisões. A avaliação corrige e melhora a prática, aumenta a nossa eficiência. O trabalho de avaliar a prática jamais deixa de acompanhá-la”. (FREIRE, 1989, p. 47).

A avaliação na Educação Infantil deve romper com o modelo classificatório e promover a avaliação mediadora com aprendizagens qualitativas e permitir o desenvolvimento da autonomia da criança. De acordo com Hoffmann (1996, p.31), a avaliação deve ser mediadora, onde “mediação é compreendida como estado de alerta permanente do professor que acompanha e estuda a história da criança em seu processo de desenvolvimento”. Assim na avaliação mediadora, o professor permite o desenvolvimento da aprendizagem da criança em um processo qualitativo, contextualizado, investigativo e de inclusão.

No Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, a avaliação ocorre em todo o processo de ensino-aprendizagem, tanto nas brincadeiras, momentos coletivos e de autocuidado. Enfim, em todos os momentos vivenciados pelas crianças.

Na avaliação é relevante considerar os componentes do processo da avaliação na Educação Infantil: *Quem avalia? O que se avalia? Como avaliar? Quando avaliar?*

Conforme Pereira (2012, p. 3) “a avaliação na escola vem sendo questionada não somente quanto aos instrumentos utilizados, mas também no que diz respeito à sua elaboração, aplicação e, principalmente, acerca do que é realizado com os seus resultados”. Por se tratar de uma instituição de Educação Infantil, o processo de avaliação se dá através de observação, onde as mesmas estimularão e mediarão propostas de aprendizagens e descobertas de acordo com o que foi apresentado por cada criança.

Dessa forma, o processo de avaliação é desenvolvido a partir :

1. Arquivo trimestral de trabalhos em portfólio de aprendizagem (um trabalho de lecto-escrita; um trabalho de habilidades lógico-matemáticas; um trabalho de demonstração de esquema corporal).
2. Relatório de observação do aluno.
3. Registros através de fotos, desenhos e álbuns.
4. Apresentar ao final de cada trimestre a família.
5. Encaminhar o portfólio para a escola de ensino fundamental ao qual o aluno estará matriculado, ao final do percurso da Educação Infantil.

O professor é o principal ator nesta avaliação, onde realiza o acompanhamento das crianças e o seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção ou classificação. Esse deve buscar estratégias diagnósticas que visem promover sua aprendizagem e repensar o modo padronizado da avaliação, concebendo-a com um olhar individualizado a cada criança, como sujeito único e que possui peculiaridades. Assim o professor, deve permitir o desenvolvimento da autonomia da criança, sendo o mediador no processo de aprendizagem da criança.

A instituição está reconstruindo o modo de avaliar, considerando a faixa etária atendida pela escola que compreende crianças de 04 meses a 5 anos de idade. O modelo anterior em vigência da Rede de Educação do Município era uma ficha avaliativa que media, quantificava o quanto a criança aprendia, desprezando a qualidade da aprendizagem.

Através da Proposta da Secretaria de Educação, cada instituição tem agora autonomia para elaborar o melhor instrumento de avaliação, considerando que a

prática de avaliação deve ser orientada de acordo com o que está estabelecido nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, documento que tem caráter mandatório.

Ferreira (2012, p.11), enfatiza que “a avaliação que ocorre no interior da sala de aula é como eixo condutor de todo o trabalho pedagógico.” (FERREIRA, 2012, p.11). É através dela que todo o processo de desenvolvimento gira para que se organizem novos desafios que surjam novas oportunidades de conhecimentos.

A avaliação é uma dinâmica que traz elementos de crítica e transformação ativa para o trabalho, onde professor, direção, família, a instituição de ensino, enfim a comunidade escolar são objetos e sujeitos de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos, representa o desejo e a concretização da proposta educativa de qualidade da instituição. Ele está norteando a construção da identidade, da organização e da gestão de trabalho, considerando que a escola tem pouco mais de um ano de funcionamento.

Como documento de identidade da escola, está sendo utilizado com o propósito de auxiliar e orientar os profissionais envolvidos no processo educativo em consonância com a Resolução CNEI/CEB nº 05 de 17 de janeiro de 2009, que determina em seu art. 2º as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Ainda existem realizações a serem conquistadas como melhor organização do tempo escolar oportunizando uma melhor qualidade de aprendizagem do aluno e de ensino do professor; reformulação na proposta educativa entre a integração do cuidar, educar e brincar; tempo de planejamento do professor dentro da carga horária, conquista de outros espaços educativos além da sala de aula entre outras demandas.

Outro aspecto relevante, está sendo a elaboração e implementação do Currículo que atenda ao nosso interesse e que começou a ser elaborado a partir da implantação do Núcleo de Alfabetização e Letramento, coordenado pela professora Dra. Magda Soares.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola trouxe uma reflexão sobre os desafios que os educadores enfrentam nas relações de trabalho, principalmente no que se refere a valorização profissional onde muitas práticas de desenvolvimento profissional são ofertados pela Secretaria de Educação, sem consulta a real necessidade vivenciada pelos profissionais da instituição.

O documento está baseado em artigos relacionados ao assunto, onde os autores refletem sobre a necessidade da construção e implementação do PPP nas escolas, como elemento importante que faz parte do processo de gestão democrática dentro da instituição.

Elaborar o Projeto Político Pedagógico de uma escola pode ser entendido como a própria organização do trabalho, buscando consolidar ações através da

gestão democrática e participativa, ações de transformação, sendo realizado através da vivência constante e sua reflexão por todos os envolvidos no processo educacional.

Por fim, destaca-se que este documento precisa ser lido, discutido, consultado por todos os profissionais de ensino, pelo colegiado e pais, sempre que for necessário. A sua reformulação poderá ser feita a qualquer momento, desde que esteja contribuindo para a garantia de uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marly dos Santos. **A avaliação como instrumento de melhoria da qualidade da alfabetização [manuscrito]**: uma análise da experiência do Programa Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). In: FERREIRO; TEBEROSKY. Ceará, 2010, p. 17. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3642/1/2010_DIS_MSALVES.pdf>. Acesso em: 07 de ago.2014.

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho? Como organizar o colegiado escolar**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da escola cidadã; v. 8).

BARBOSA, M.C.S.; HORN, M.G.S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.

BRASIL, Casa Civil. **Lei Federal nº 8069**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Estatuto da Criança e do Adolescente. Aprovado em 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

_____, Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB nº 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998.

_____, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 05 de 17 de janeiro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

_____, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CNE/CEB nº 20/2009 aprovado em 11 de novembro de 2009. Relator: Raimundo Moacir Mendes Feitosa. Brasília, DF, 2009.

_____, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____, Ministério da Educação. **Lei Federal nº 12796 de 04/04/2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013.

DIDONET, V. **Coerência entre educação e finalidades da educação infantil**. Pátio Educação Infantil, v. 6, n. 10, 2006. Disponível em <http://www.fcc.org.br>. Acesso em 05 de agosto de 2014.

DUTRA, Kátia. **A Teoria Cognitiva de Jean Piaget**. Redes Moderna, 2011. Disponível em: <http://redes.moderna.com.br/2011/08/09/a-teoria-cognitiva-de-jean-piaget/> Acesso em: 02 de ago. de 2014.

EDLER, Carvalho Rosita. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERREIRA, Maria Susley. **A Avaliação das aprendizagens e a escola em ciclos: que muda na prática docente?** São Paulo: Unicamp, 2012.

FERREIRO, Emilia. **Psicologia da Aprendizagem: Método de Ensino Emilia Ferreiro**. Disponível em: <http://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/psicologia-da-aprendizagem-metodo-de-ensino-emilia-ferreiro>. Acesso em 27 de mai 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em: <https://onedrive.live.com/view.aspx?resid=BBE23DF76AE6A0AF1228&ithint=file%2c.pdf&app=WordPdf&authkey=!AAMjixKDW57UTJQ>.> Acesso em: 18 ago. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos espaços da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em 27 ago 2014.

GONÇALVES, M. L. S. Teamteaching: **formação em trabalho colaborativo**. In: **Atas do colóquio sobre formação de professores: mudanças educativas e curriculares e os educadores/professores?** Braga: Universidade do Minho, 2004. Disponível em <<http://www.fcc.org.br>> Acesso em: 29 de jun. 2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A democratização das relações de trabalho na escola pública básica**. Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=4787&advanced=0&paging=&page=1>>. Acesso em: 16 de jul. 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho escolar e autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola**. 2006. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar.pdf> Acesso em: 30 de jul. 2014.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **O professor desencantado: matizes do trabalho docente**. Belo Horizonte: Armazém de ideias, 2009.

PEREIRA, M. S. **A avaliação no Bloco Inicial de Alfabetização: a realidade de uma escola do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UnB. Brasília – DF, 2007. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/1826b.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS. **Lei Municipal Nº 3.341, de 16 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a estrutura do Plano de Cargos e Vencimento da Prefeitura Municipal de

Lagoa Santa/MG, estabelece normas de reenquadramento, institui nova tabela de vencimentos e dá outras providências. Lagoa Santa/ MG, 2012.

Projeto de Lei nº 3.241, de 20 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estrutura do Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, e dá outras providências. Câmara dos Vereadores, Lagoa Santa/ MG, 2012.

REGIMENTO ESCOLAR, do Centro de Educação Infantil Maria dos Anjos. Lagoa Santa, 2012.

REGO, Tereza Cristina.Vygotsky:**uma perspectiva cultural de educação**. 6ªEd. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora: pressupostos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em: 16 jul. 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica: Projeto político pedagógico; Educação superior: Projeto Político Pedagógico**. 3ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva**. Texto extraído sob licença da autora e editora do livro: “Veiga, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª edição. Papirus, 2002. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_7_bloco_4/TEXT0.3-VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>. Acesso em: 05 de ago. 2014.

WALLON,H. **Psicologia e educação da criança**. Tradução de Ana Rabaça e Calado Trindade.Lisboa: Vega Universidade, 1979.